COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.964, DE 2002

Dispõe sobre a cobertura, pelo Sistema Único de Saúde, dos custos operacionais dos serviços hospitalares decorrentes de assunção de obrigação imposta pelo Poder Judiciário à rede privada e dá outras providências.

Autor: Deputado CUSTÓDIO DE MATTOS

Relator: Deputado DAMIÃO FELICIANO

I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado CUSTÓDIO DE MATTOS, estabelece que as despesas do Sistema Único de Saúde – SUS – com serviços hospitalares privados, decorrentes de cumprimento a ordem judicial, devem ser pagas tendo como base os valores fixados nas tabelas do próprio sistema, e não os valores praticados pelo estabelecimento para pacientes particulares.

Observa, ainda, que a adoção das tabelas referidas independe da condição de gestão da Unidade Federada ou do Município em que se sucedeu a internação.

Justificando sua iniciativa, o nobre Autor argumenta que sua intenção foi fazer valer o mandamento constitucional que assegura a todos o acesso a serviços e ações de saúde e que, nas situações aludidas, em face do elevado valor econômico, a capacidade de gestão pública poderia ser comprometida.

Este Órgão Técnico deve manifestar-se quanto ao mérito do Projeto, nos limites de suas competências regimentais, dispensada apreciação do Plenário. Posteriormente deverão se manifestar as Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação, respectivamente, quanto à adequação orçamentária e financeira e quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Não foram apresentadas Emendas nos prazos previstos no Regimento Interno.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O eminente Deputado CUSTÓDIO DE MATTOS, com a proposição em tela, mostra-se preocupado com assunto da mais alta relevância. Com efeito, a recorrência ao Poder Judiciário para garantir o acesso de pacientes a tratamentos imprescindíveis tem sido constantemente noticiado pela mídia. Tal recurso é, muitas vezes, iniciativa do Ministério Público, com vistas a garantir os direitos constitucionais de saúde.

O ínclito Parlamentar mineiro revela, assim, a sua vivência e o seu cuidado no trato da coisa pública, de forma coerente com sua experiência profissional e com sua história de vida. Sua passagem por numerosos cargos na Administração Pública Federal e Estadual certamente muito influenciaram o seu pensamento quando da elaboração da proposição ora em pauta.

Ocorre, entretanto, que, em nosso entendimento, uma lei para ser justa e legítima tem que buscar o equilíbrio relativamente ao tema que se propõe normalizar.

Observemos o tema em questão. Uma administração Estadual ou Municipal não oferece tratamento a um determinado cidadão. Tal tratamento é possível, encontra-se dentro do campo oferecido pela saúde pública no Brasil. Há naquele Estado ou Município um estabelecimento privado que tem condições de efetuar o tratamento em questão. O Poder Judiciário, visando única e exclusivamente o interesse do cidadão, determina a internação e a execução

do tratamento num leito privado. Esse leito foi constituído por capitais privados, com risco privado e é mantido sem subsídios públicos. Tem um custo operacional. Representou esforço empresarial e denodo individual dos profissionais que efetuam o referido tratamento.

Assim, parece-nos injusto que sobre a Administração Estadual ou Municipal omissa não recaia nenhum ônus. E mais, a punição vai para o estabelecimento privado que, até prova em contrário, cumpre com seus deveres, paga seus impostos e foi construído por esforço de seus proprietários.

A assunção dessa proposta seria um estímulo à incúria com a administração dos assuntos sanitários, um verdadeiro incentivo ao não oferecimento dos serviços públicos necessários para o atendimento das necessidades da população.

Observe-se, ainda, que a Carta Magna reconhece que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. É evidente que uma ordem judicial tem todo o direito de obrigar ao atendimento de uma necessidade de saúde que, caso não atendida, pode resultar em morte ou lesão grave, mas não pode, sob pena de punir quem nada tem a ver com a desídia dos poderes públicos, obrigar a que se trabalhe a preços reconhecidamente irrealistas como os praticados pelo SUS.

Nosso voto, portanto, é pela rejeição do Projeto de Lei n.º 5.964, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 200 .

Deputado DAMIÃO FELICIANO
Relator